

## A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES TRANSGÊNERAS (TRANS) E TRAVESTIS NA POLÍTICA BRASILEIRA

Keila Miranda Tachevski <sup>1</sup>  
Alides Baptista Chimin Junior <sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo, evidenciar a participação de mulheres trans e travestis na política brasileira, mas estas candidatas já encontram dificuldades na hora de realizar o seu cadastro no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Com essa dificuldade a Associação Nacional de Travesti e Transexuais (ANTRA) fez uma busca em redes sociais para identificar quais candidaturas eram de pessoas trans e travestis, com base nesses dados, conseguimos analisar que existe uma maior participação em número nas eleições municipais, mas que essa participação está aumentando, e que entre as candidatas eleitas se destaca a filiação em partidos de esquerda e centro-esquerda.

**Palavras-chave:** Geografia Feminista, Participação Eleitoral, Mulheres Trans, Travestis, Gênero.

### RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo resaltar la participación de mujeres trans y travestis en la política brasileña, pero estas candidatas ya encuentran dificultades para registrarse en el sitio web del Tribunal Superior Electoral (TSE). Ante esta dificultad, la Asociación Nacional de Travestis y Transexuales (ANTRA) realizó una búsqueda en redes sociales para identificar qué candidatos eran de personas trans y travestis, con base en estos datos pudimos analizar que existe una mayor participación en las elecciones municipales. elecciones, pero que esta participación está aumentando, y entre los candidatos electos destaca la afiliación a partidos de izquierda y centroizquierda.

**Palabras clave:** Geografía feminista, participación electoral, mujeres trans, travestis, género.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - PR, [keilamirandat@gmail.com](mailto:keilamirandat@gmail.com);

<sup>2</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR, [alides@unicentro](mailto:alides@unicentro);

O presente trabalho vem apresentando uma triste realidade que pessoas transgêneras e travesti encontram dentro da política brasileira, na qual já encontram dificuldades desde o momento de cadastro no site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), pois não encontram uma opção que se encaixe, pois existem somente as opções, masculino, feminino e não divulgável, e sendo uma grande dificuldade em obter esses dados. Deste modo, existe uma lacuna sobre a participação de mulheres trans e travestis na política brasileira, e poucos questionamentos sobre isso.

Se existe uma falta de dados/informações sobre pessoas trans e travestis e a sua participação dentro da política, imagina a falta de produções sobre o tema; talvez essa falta de produção seja pelo fato de grande dificuldade de se obter essas informações, ou até mesmo o questionamento da relevância dessas informações para o mundo acadêmico. Vemos aí o início de um preconceito e desinformação, a qual se acredita que esse conhecimento não seja de extrema importância para a Geografia.

Para isso, tivemos como base a Geografia Feminista, que não anula a participação das mulheres no espaço, e afirma que as mesmas produzem e reproduzem o espaço, mas vale ressaltar, que a Geografia Feminista também não anula a participação do homem, não é uma Geografia sexista, mas sim uma Geografia de inclusão.

Mas talvez a inclusão, acaba no referencial teórico, pois encontrasse dificuldades desde o início, já não tendo uma opção que englobe todas as pessoas candidatas, com isso, nos utilizamos de dados disponibilizados pela ANTRA (Associação Nacional de Travesti e Transexuais), que analisaram os perfis de todos os candidatos nas redes sociais, e anotaram quais perfis eram assumidamente trans ou travestis, e com essas datas, conseguimos fazer algumas análises sobre essas participações na política brasileira.

Ao analisar os resultados obtidos, conseguimos observar que em números, existe uma participação maior nas eleições municipais, na qual em 2016, tivemos 82 candidatas mulheres trans e/ou travesti, na qual 8 foram eleitas, com um sucesso eleitoral de 9,75% , em 2020, tivemos 263 candidatas mulheres trans e/ou travestis, sendo que 28 foram eleitas neste ano, um sucesso eleitoral de 10,64%.

Nas eleições federais, no ano de 2018, tivemos 52 candidaturas de mulheres trans e/ou de travestis, sendo que 2 delas foram eleitas, com isso tivemos um sucesso eleitoral de 3,84%.

Já nas eleições de 2022, tivemos 70 candidaturas de mulheres trans e/ou travestis, sendo que 5 deles foram eleitas, com isso, tivemos um sucesso eleitoral de 7,14%.

É possível notar, que a participação desse grupo de pessoas está aumentando com os anos, e também está aumentando o número de candidatas eleitas, com isso, cada vez mais mulheres trans e travesti vão se dedicar a política, pois terão um maior apoio e representatividade nas bancadas políticas do Brasil.

## METODOLOGIA

Ao analisar essas candidatas já está o primeiro empecilho, pois ao realizar o cadastro no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) essas candidatas não encontram uma opção em que elas se encaixam, existem somente as opções, masculino, feminino e não divulgável, mas a ANTRA (Associação Nacional de Travesti e Transexuais), realizou uma busca nas redes sociais, olhando os perfis dos candidatos(as) nas eleições, ao analisar esses perfis e observar quais candidatos deixaram de forma exposta o seu gênero e opção sexual, a ANTRA chegou a algumas informações da participação desses candidatos(as) nas eleições de 2016 a 2022.

Primeiramente, vamos abordar as eleições municipais de todo o Brasil, para cargos de vereadoras e prefeitas. Nas eleições de 2016,<sup>3</sup> como vemos no quadro 1 abaixo, tivemos 82 candidaturas de mulheres trans e/ou travestis, sendo 2 para prefeitas, 1 para vice-prefeita e 79 para vereadoras, das quais tinha candidatas em 22 estados brasileiros.

Relação de candidaturas de mulheres trans e travesti nas eleições de 2016				
Candidatos	Candidatos(as)	Prefeitas(os)	Vice-prefeitas(os)	Vereador(as)
Candidatos (as) que não são pessoas trans e nem travesti	496.887	16.571	16.965	463.351
Candidatas trans e travesti	82	2	1	79

Quadro 1: Relação de candidaturas de mulheres trans e travesti nas eleições de 2016

Fonte: ANTRA (Associação Nacional de Travesti e Transexuais) 2022 e TSE (Tribunal Superior Eleitoral) 2023.

<sup>3</sup> Tivemos também uma candidatura de um homem trans para o cargo de vereador.

Nas eleições de 2020<sup>4</sup>, para cargos municipais, tivemos 263 candidatas que são mulheres trans e/ou travestis, 2 candidatas ao cargo de prefeitas e 261 candidatas ao cargo de vereadoras, das quais tinham candidaturas em 25 estados brasileiros, como observamos no quadro 2 abaixo.

Relação de candidaturas de mulheres trans e travesti nas eleições de 2020				
Candidatos	Candidatos(as)	Prefeitas(os)	Vice-prefeitas(os)	Vereador(as)
Candidatos (as) que não são pessoas trans e nem travesti	557.385	19.377	19.814	518.194
Candidatas trans e travesti	263	2	0	261

Quadro 2: Relação de candidaturas de mulheres trans e travestis nas eleições de 2018.

Fonte: ANTRA (Associação Nacional de Travesti e Transexuais) 2022 e TSE (Tribunal Superior Eleitoral) 2023.

Com base em ambas as eleições municipais, conseguimos constatar que o número total de candidatas mulheres trans e travestis aumentou mais de 3 vezes com base nas eleições de 2020, a qual teve 263 candidatas. E esse aumento também foi significativo para o cargo de vereadora, na qual no ano de 2020 teve 261 candidatas.

Agora vamos abordar as duas últimas eleições federais, as eleições de 2018 e 2022. Nas eleições de 2018<sup>5</sup>, na qual tivemos 52 candidatas mulheres trans e/ou travesti, 1 candidata ao senado federal, 16 candidatas ao cargo de deputa federal, 33 candidatas ao cargo de deputada federal e 2 para distrital, como observamos no quadro 3 abaixo.

<sup>4</sup> Tivemos também 19 candidaturas de homens trans e 12 candidaturas de outras identidades trans.

<sup>5</sup> Tivemos também 1 candidatura de homem trans.



Relação de candidaturas de mulheres trans e travesti nas eleições de 2018						
Candidatos	Governo	Vice Governo	Senado	D. Federal	D. Estadual	Distrital
Candidatos que não são pessoas trans e nem travesti	14	14	360	8.590	17.940	979
Candidatas trans e travesti	0	0	1	16	33	2

Quadro 3: Relação de candidaturas de mulheres trans e travesti nas eleições de 2018.

Fonte: ANTRA (Associação Nacional de Travesti e Transexuais) 2022 e TSE (Tribunal Superior Eleitoral) 2023

Nas eleições de 2022<sup>6</sup>, tivemos 70 candidaturas de mulheres trans e/ou travestis, sendo 33 candidatas para o cargo de deputada federal, 36 para deputada estadual e 1 candidata para o distrital, como podemos ver no quadro 4 abaixo.

Relação de candidaturas de mulheres trans e travestis nas eleições de 2022						
Candidatos	Governo	Vice Governo	Senado	D. Federal	D. Estadual	Distrital
Candidatos que não são pessoas trans e nem travesti	13	13	242	10.593	16.697	609
Candidatos (as) trans e travesti	0	0	0	33	36	1

Quadro 4: Relação de candidaturas de mulheres trans e travestis nas eleições de 2022.

Fonte: ANTRA (Associação Nacional de Travesti e Transexuais) 2022 e TSE (Tribunal Superior Eleitoral) 2023.

Ao analisar as eleições federais citas a cima, conseguimos ver que houve um aumento nas candidaturas de mulheres trans e travestis, um aumento de 18 candidaturas, e deve um

<sup>6</sup> Tivemos também 5 candidaturas de homens trans.

aumento significativo de para o cargo de deputada federal, pois mais que dobrou u numero de candidatas entre uma eleição e outra.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A Geografia sendo uma ciência social, com objeto de estudo sendo o espaço geográfico, compreendemos que podem existir diversos espaços geográficos, como dizia Milton Santos (1996, p. 17) “O mundo é um só. Ele é visto por meio de um dado prisma” e dentro desse espaço geográfico se encontra a Geografia Feminista, é um lado desse prisma, que é a Geografia.

A Geografia Feminista não é uma geografia que estuda as mulheres, mas sim, como essas mulheres se relacionam/interagem dentro do espaço geográfico, a qual elas produzem e reproduzem, dessa forma a participação das mulheres no espaço não é anulada. Apesar de por muito tempo o homem ser considerado o único produtor do espaço, com Isso a Geografia Feminista é aquela que não anula as contribuições realizadas pelo gênero feminino, mas sim evidencia essas contribuições nos espaços. (Valeda da Silva, 1998)

Visto que se é necessário evidenciar as contribuições realizadas pelas mulheres, e principalmente, reconhecer que elas também fazem parte da sociedade, podemos afirmar que vivemos em uma sociedade patriarcal<sup>7</sup>, aquela que tem o homem como o centro das atividades, mas não qualquer atividade, mas “atividades de respeito”, como dentro das áreas políticas e econômicas. Pois quando se fala de afazeres do lar, essas atividades, sim, são destinadas às mulheres.

Dado que é necessário um maior reconhecimento da mulher dentro da sociedade, surge os movimentos feministas. O então movimento teve seu início na década de 1960, com as ideias da Revolução Francesa, e no seu primórdio o movimento surge com objetivos bem amplos, mas no Brasil, o movimento só ganha forma com o movimento sufragista. (Amaral, 2006).

O movimento sufragista estava vinculado às mulheres que possuíam uma certa posição social, por muitas consideradas mulheres cultas, que possuíam acesso à educação, e que estavam de certa forma já ligadas à política, quase sempre através de seus maridos, que em muitos casos já eram políticos eleitos. E quando falamos do movimento sufragista, não

---

<sup>7</sup> Sociedade Patriarcal - sistema e/ou instituição marcada pela dominação dos homens sobre as mulheres, com polos de dominação com base cultural.



podemos deixar de falar da Bertha Lutz, que não era casada, mas era uma mulher de prestígio social, Bertha era uma bióloga que passou uma temporada em Paris estudando, ao retornar ao Brasil, trouxe consigo os pensamentos sufragistas. (Amaral, 2006).

E após cerca de 70 anos do início das lutas e movimentos femininos, ainda é necessário que o sexo feminino se imponha para ser valorizado e compreendido que ele - gênero feminino - também faz parte da sociedade.

Apesar de inúmeras lutas por esse reconhecimento, nos últimos anos no Brasil, este preconceito com relação às mulheres ficou ainda mais evidente, e este preconceito também parte das mulheres, não sendo exclusivo dos homens.

Em seu livro, as autoras Collins e Bilge (2020), aborda a temática da interseccionalidade, e afirmam que a interseccionalidade é “em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero” (COLLINS; BILGE. 2020, pg. 17), e essas relações de poder, dentro da política, são ainda mais evidentes, principalmente quando falamos da participação feminina, na qual a participação de mulheres negras, mulheres trans e travestis são ainda menores que a participação de mulheres brancas.

E como vimos anteriormente, os movimentos femininos surgiram entre um certo tipo de mulheres, não era abrangente, era desenvolvida por mulheres da alta sociedade, brancas e a qual a política já fazia parte da família. Mas para mulheres da periferia, negras, essa realidade era bem diferente.

Atualmente, podemos adicionar outra característica que afasta as mulheres da política, a questão de identificação de gênero, a participação de mulheres trans e travestis na política brasileira é quase nula. Com isso, tem a questão de discriminação e preconceito vividos por essas candidatas, e o medo de retaliação, violência verbal, violência física, acabam gerando um espaço interdito, que se refere há um local, físico ou social, que são considerados inacessíveis ou proibidos para um determinado grupo da sociedade, não proibidos por lei, mas sim por uma convenção. (Silva, 2013)

Outro fator, é o estigma social, na qual, essas pessoas podem se isolar do meio social, e acabar impedindo a sua participação na política, ainda mais não tendo representatividade, geralmente sem apoio, e orientação de como proceder.

Vale ressaltar, que existem movimentos sociais e ONGs que desempenham um papel fundamental na promoção, conscientização, e apoio para estas pessoas, e incentivam a participam das mesmas na política, para assim suas voz serem ouvidas.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO


Quando analisamos a participação de mulheres transgêneras e travestis nas eleições de 2016 a 2022, podemos observar o quanto essa participação é pequena, pois em nenhum dos cargos analisados, e em nenhuma das eleições analisadas, o percentual nunca chegou a 1% de participação, sendo o valor mais alto, na eleição de 2022 para o cargo de D. Federal. E nos dois anos analisados, o número foi zerado para os cargos de governo e de vice governo.

Sobre as eleições municipais, em 2020, a ANTRA mapeou que houve candidaturas em 25 estados, com um total de 294 candidaturas, entre elas 263 são travesti e mulheres trans, representando um aumento de 226% em relação à eleição de 2016, na qual houve 82 candidaturas, 2 para prefeituras, 1 para vice-prefeita e 79 para vereadora, em 22 estados brasileiros.

Agora falando das candidatas eleitas nas eleições abordadas neste artigo, no ano de 2016, tivemos 8 candidatas eleitas, sendo elas Jordana, do Partido PSD, da cidade de Pimenta Bueno - RO, Shirley, do Partido PP, da cidade de Pilar - PB, Brenda, do Partido PP, da cidade de Viçosa - MG, Pamela, do Partido PP, da cidade de Uberlândia - MG, Isaias, do partido PMDB, da cidade de Patos de Minas - MG, Andressa, do Partido PSB, da cidade de Guarujá - SP, Tieta, do Partido PSDB, da cidade de São Joaquim da Barra - SP e Katia, do Partido PR, da cidade de Cruz Alta - RS. Conseguimos notar, que 3 das 8 candidatas eleitas, são do estado de Minas Gerais, e também tivemos 3 candidatas eleitas do Partido PP, um partido de direita, e tento apenas um partido entre as eleitas que pertence a centro-esquerda (PSB).

Já nas eleições de 2020, tivemos 28 mulheres trans e/ou travestis eleitas para cargos municipais, um constate bem alto com as eleições anteriores para os mesmos cargos, pois teve um aumento de 20 candidatas eleitas. Entre essas mulheres eleitas estão Linda Brasil, candidata pelo Partido PSOL, da cidade de Aracaju - SE, Duda Salabert, do Partido PDT, pela cidade de Belo Horizonte - MG, Titia Chiba, pelo Partido PSB, na cidade de Pompeu - MG, Paulette Blue, pelo Partido PSDB, na cidade de Bom Repouso - MG, Dandara, pelo Partido MDB, na cidade de Patrocínio Paulista - SP, Lorim da Valéria, pelo Partido PDT, na cidade de Pontal - SP, Tleta Melo, pelo Partido PSOL, na cidade de São Joaquim da Barra - SP, Thabatta Pimenta, pelo Partido PROS, na cidade de Canaúba dos Dantas - RN, Maria Regina, pelo Partido PT, na cidade de Rio Grande - RS, Lins Roballo, pelo Partido PSOL, na cidade de São Borja - RS, Benny Briolly, pelo Partido PSOL, na cidade de Niterói - RJ, Gilvan Masferre, pelo Partido DC, na cidade de Uberlândia - MG, Carolina Iara, pelo Partido do PSOL, na






cidade de São Paulo - SP, Kará, pelo Partido PDT, na cidade de Natividade - RJ, Filipa Brunelli, pelo Partido PT, na cidade de Araraquara - SP, Isabelly Carvalho, pelo Partido PT, na cidade de Limeira - SP, Anabella Pavão, pelo Partido do PSOL, na cidade de Batatais - SP, Regininha Lourenço, pelo Partido AVANTE, na cidade de Araçatuba - SP, Paulinha da saúde, pelo Partido MDB, na cidade de Eldorado dos Carajás - PA, Rebecca Barbosa, pelo Partido PDT, na cidade de Salesópolis - SP, Samara Santana, pelo Partido PSOL, na cidade de São Paulo - SP, Brenda Ferrari, pelo Partido PV, na cidade de Lapa - PR, Yasmin Preste, pelo Partido MDB, na cidade de Entre-Ijuís - RS, Myrella Soares, pelo Partido DEM, na cidade de Bariri - SP, Lari Camponesa, pelo Partido REPUBLICANOS, na cidade de Rio Novo do Sul - ES, Rafa Bertolucci, pelo Partido PODE, na cidade de Araçatuba - SP, Fernanda Carrara, pelo Partido PTB, na cidade de Piraju - SP, Erika Hilton, pelo Partido PSOL, na cidade de São Paulo - SP,

Entre essas 28 candidatas eleitas em 2020, tivemos 7 candidatas eleitas que representavam o Partido PSOL, um partido que pertence à esquerda, também tivemos 4 candidatas eleitas que pertence ao Partido PT, também um partido de esquerda, 4 candidatas eleitas que fazem parte do Partido PDT, um partido de centro-esquerda, com isso, os 3 partidos com o maior número de representatividade são de esquerda e centro-esquerda.

Agora, sobre as eleições federais, com base nas eleições do ano de 2018, tivemos apenas duas candidatas eleitas, ambas para o cargo de deputa estadual, Robeuoncé Lima, pelo partido PSOL, pelo estado de Pernambuco, a outra candidata é a Erika Hilton, também do Partido PSOL, pelo estado de São Paulo. Ambas as candidaturas eram de candidaturas coletivas, que são as candidaturas em conjunto, não possui um limite de pessoas para cada candidatura, mas o seu voto dentro do legislativo, conta como somente um, pois o grupo coletivo tem que eleger um representante titular, e será esta pessoa que vai assinar a documentação e receber o salário.

Nas eleições de 2022, o número de mulheres trans e/ou travesti aumentou, mais que dobrou em relação às eleições federais anteriores, pois em 2022 foram eleitas 5 candidatas, 2 para o argo de deputada federal, e elas são as candidatas Erika Hilton, do PSOL, pelo estado de São Paulo, e a candidata Duda Salabert, do PDT, pelo estado de Minas Gerais. Tivemos também 3 candidatas eleitas para o cargo de deputa estadual, Linda Brasil, do PSOL, pelo estado do Sergipe, Dani Balbi, do PC do B, pelo estado do Rio de Janeiro e, Carolina Iara, do PSOL, pelo estado de São Paulo. Aqui também, entre as candidata eleitas, os partidos pertencem à esquerda ou centro-esquerda, o que representa que os partidos de esquerda e centro-esquerda estão buscando promover cada vez mais igualdade entre os gêneros, apoiando



na inclusão de pessoas trans e travestis dentro da política, isso não significa que partidos de direita e centro-direita não busquem dar apoio a estas candidaturas, pois como vimos, tem candidatas trans e travestis por partidos de direita, o que diferencia, é uma efetiva participação, no caso, a eleição, que traz cada vez mais representatividade para este grupo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Infelizmente a participação feminina dentro da política é muito tímida, tanto em contextos federais como locais, mas a participação de mulheres negras, mulheres trans e travesti são menores ainda, e essas candidatas já possuem dificuldades na hora do cadastro no site do TSE, o que significa que as lutas ainda não chegaram ao fim, e sim é um processo progressivo.

O Brasil é um país marcado por infinitas lutas dentro da política, não sendo um processo uniforme, com privilégios desde o início, marcado por um patriarcado, na qual a mulher não tinha voz e nem vez, e a oposição iniciada por mulheres branca de classe alta não abrangia a população total de mulheres brasileiras, e quando a mulher negra tenta ser ouvida ela é calada, afirmando nem existir raça/racismo em um país totalmente marcado por racismo até atualmente.

Esse artigo, deve por objetivo trazer não as candidaturas de pessoas nascidas mulheres, mas de mulheres trans e travesti, para validar a participação de grupo dentro da política, mesmo sendo ainda de uma forma pequena, resultado de esforços individuais e coletivos, e devemos celebrar por cada eleição esse número ser crescente, e torcer que nas próximas eleições esse número continue aumentando.



## REFERÊNCIAS

**AMARAL, S. T.; DALKMIN, S. M.** A conquista do voto feminino no Brasil. In: II Encontro de Iniciação Científica e I Encontro de Extensão Universitária da Toledo, 2006, Presidente Prudente. **Encontro de Iniciação Científica da Toledo.** Presidente Prudente: Toledo, 2006. v. 2. p. 1-11.

**SANTOS, M.** A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo/Razão e Emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

**Secretaria de articulação política da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) -** Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/antra%20candidaturas.pdf>

**SILVA, Joseli Maria.** Espaço interdito e a experiência urbana travesti. In: Joseli Maria Silva; Marcio Jose Ornat; Alides Baptista Chimin Junior. (Org.). Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços. 1ed.Ponta Grossa: Todapalavra, 2013, v. 1, p. 143-182.

**TRIBUNAL SUPEIOR REGIONAL:** Estatísticas Eleitorais. Acessado do endereço eletrônico:[https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/cargo?p0\\_ano=2018&session=9752500435422](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/cargo?p0_ano=2018&session=9752500435422)

**TRIBUNAL SUPEIOR REGIONAL:** Estatísticas Eleitorais. Acessado do endereço eletrônico:[https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/cargo?p0\\_ano=2022&session=9752500435422](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/cargo?p0_ano=2022&session=9752500435422)

**VELEDA DA SILVA, Susana Maria.** Geografia e Gênero/ Geografia Feminista-o que é isto?. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, v. 23, p. 105-120, 1998.